



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS**  
**PRIMEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO**

**Processo nº** 13767.720089/2013-37

**Recurso nº** Voluntário

**Resolução nº** 1001-000.067 – Turma Extraordinária / 1ª Turma Ordinária

**Data** 4 de julho de 2018

**Assunto** INDEFERIMENTO DE OPÇÃO PELO SIMPLES NACIONAL

**Recorrente** PISU PRODUTORES INTEGRADOS DE SUÍNOS LTDA. - ME

**Recorrida** FAZENDA NACIONAL

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Resolvem os membros do colegiado, por unanimidade de votos, converter o julgamento do recurso em diligência à unidade de origem especifique, claramente que, em 31/01/2013, os débitos, indicados na Termo de Indeferimento, estavam com a exigibilidade suspensa (ou não) e, quanto ao PAEX, identificar a irregularidade verificada e se foi sanada, em 31/01/2013.

(assinado digitalmente)

Lizandro Rodrigues de Sousa -Presidente

(assinado digitalmente)

José Roberto Adelino da Silva - Relator

Participaram da sessão de julgamento os conselheiros: Edgar Bragança Bazhuni, Eduardo Morgado Rodrigues, Lizandro Rodrigues de Sousa (presidente) e José Roberto Adelino da Silva.

### **Relatório**

Trata-se Recurso Voluntário contra o acórdão, número 04-33.622 da 2ª Turma da DRJ/CGE, o qual indeferiu a Manifestação de Inconformidade contra Termo de Indeferimento da Opção pelo Simples Nacional, face à existência de débito, sem exigibilidade suspensa, consoante o artigo 17, inciso V, da Lei Complementar nº 123, de 2006.

A ora recorrente apresentou uma impugnação ao referido termo. cuja decisão da DRJ foi contrária à manifestação de inconformidade, a qual reproduzido o voto:

---

*Voto A manifestação de inconformidade é tempestiva e dela conheço.*

*A interessada argumentou que os débitos ensejadores de sua exclusão do Simples haviam sido regularizados. Mas não trouxe a Certidão Conjunta Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de débitos relativos a tributos federais e à dívida ativa da União, o que comprovaria sua regularidade fiscal. A tentativa de obtê-la por meio da internet no sítio da Receita Federal não surtiu efeito, vez que ali foi certificado que as informações disponíveis são insuficientes para sua emissão, remetendo para consulta à sua situação fiscal, indicativa da existência de pendências.*

*Conclusão.*

*Em face do exposto e considerando tudo mais que dos autos consta, julgo improcedente a manifestação de inconformidade e mantenho o Termo de Indeferimento de Opção ao Simples Nacional, por seus próprios fundamentos.*

## **VOTO**

Conselheiro José Roberto Adelino da Silva - Relator

Inconformada, a recorrente apresentou o Recurso Voluntário, tempestivo, que apresenta os pressupostos de admissibilidade e, portanto, dele eu conheço.

No seu recurso, a recorrente alega que:

---

## DAS ALEGAÇOES

a) No dia vinte e um (21) de janeiro (01) do ano de dois mil e treze (2013) foi feita a solicitação pelo Simples Nacional por meio da internet, após tal procedimento obtivemos a relação de pendências que relatavam os seguintes débitos: INSS dos meses 12/2011 R\$ 808,98, 01/2012 R\$ 1.531,70, 02/2012 R\$ 946,18 e 03/2012 R\$ 878,43, débitos previdenciário com numeração 37034075-2 e 39309386-7 e débitos não previdenciários PAEX, ( todos estes débitos estão relatados na solicitação de opção pelo simples nacional datada de 21/01/2013). Após a constatação dos débitos efetivamos os pagamentos do INSS dos meses acima mencionados e de todas as parcelas em atraso no dia 28/01/2013, parcelamentos estes com códigos 1204 referente 04/12, 08/12, 11/12, 1240 referente 04/12, 08/12, 11/12, 1136 referente 04/12, 08/12, 11/12, 1165 referente 04/12, 08/12, 11/12, 1285 referente 04/12, 08/12, 11/12, após todos os pagamentos efetuados procuramos a agencia da receita federal de Colatina e fomos orientados pela funcionaria Marli que estava tudo quitado e não constava mais débitos até o presente momento, assim sendo automaticamente iríamos nos enquadrar no simples nacional. Dia 16/02/2013 nos surpreendemos com o Termo de Indeferimento do Simples Nacional, assim sendo retornamos a SRF de Colatina-ES e a funcionária Marly pegou as guias e efetuou nova conferencia e tornou a alegar que não havia débitos que nos impedia de optar pelo simples pois o que estava relatado no Termo de Indeferimento foi atendido no prazo legal, e que era para protocolar uma impugnação juto a esta capacitada repartição,

b) Gostaríamos de esclarecer que não houve possibilidade de emitir a CERTIDÃO CONJUNTA FEDERAL pelo fato de existir ausência de declarações, sendo que as mesmas não estavam relatadas no Termo de Indeferimento, e estas não foram apresentadas pelo fato de termos um pedido de opção pelo Simples Nacional indeferido e com processo em andamento na Justiça Estadual (0008752-07.2011.8.08.0024) para sua migração ao regime tributário que determina a LC 123.

## DAS ALEGAÇÕES

a) No dia vinte e um (21) de janeiro (01) do ano de dois mil e treze (2013) foi feita a solicitação pelo Simples Nacional por meio da internet, após tal procedimento obtivemos a relação de pendências que relatavam os seguintes débitos: INSS dos meses 12/2011 R\$ 808,98, 01/2012 R\$ 1.531,70, 02/2012 R\$ 946,18 e 03/2012 R\$ 878,43, débitos previdenciário com numeração 37034075-2 e 39309386-7 e débitos não previdenciários PAEX, ( todos estes débitos estão relatados na solicitação de opção pelo simples nacional datada de 21/01/2013). Após a constatação dos débitos efetivamos os pagamentos do INSS dos meses acima mencionados e de todas as parcelas em atraso no dia 28/01/2013, parcelamentos estes com códigos 1204 referente 04/12, 08/12, 11/12, 1240 referente 04/12, 08/12, 11/12, 1136 referente 04/12, 08/12, 11/12, 1165 referente 04/12, 08/12, 11/12, 1285 referente 04/12, 08/12, 11/12, após todos os pagamentos efetuados procuramos a agencia da receita federal de Colatina e fomos orientados pela funcionaria Marli que estava tudo quitado e não constava mais débitos até o presente momento, assim sendo automaticamente iríamos nos enquadrar no simples nacional. Dia 16/02/2013 nos surpreendemos com o Termo de Indeferimento do Simples Nacional, assim sendo retornamos a SRF de Colatina-ES e a funcionária Marly pegou as guias e efetuou nova conferencia e tornou a alegar que não havia débitos que nos impedia de optar pelo simples pois o que estava relatado no Termo de Indeferimento foi atendido no prazo legal, e que era para protocolar uma impugnação juto a esta capacitada repartição,

b) Gostaríamos de esclarecer que não houve possibilidade de emitir a CERTIDÃO CONJUNTA FEDERAL pelo fato de existir ausência de declarações, sendo que as mesmas não estavam relatadas no Termo de Indeferimento, e estas não foram apresentadas pelo fato de termos um pedido de opção pelo Simples Nacional indeferido e com processo em andamento na Justiça Estadual (0008752-07.2011.8.08.0024) para sua migração ao regime tributário que determina a LC 123.

A recorrente apresentou cópia de todos os recolhimentos efetuados. No entanto, não conseguiu emitir a Certidão Conjunta, o que, a meu ver, em si, não impede a opção pelo simples.

Diante das afirmações contidas e documentos apresentados, o julgamento foi convertido em diligência a unidade de origem para confirmar a existência de débitos com exigibilidade não suspensa, nos termos do art. 17, inciso V,d a LC 123/2006, cujo despacho reproduzo a seguir:

*DESPACHO DE ENCAMINHAMENTO Em atendimento a resolução de fls.69/74, informo que não existem débitos com exigibilidade não suspensa em nome do Contribuinte, conforme relatório de situação fiscal de fls.76/78. Desta forma, retorno os autos para prosseguimento.*

Entretanto, o resultado da diligência não foi suficiente para que este conselheiro possa concluir seu voto. Portanto, proponho converter o julgamento em nova diligência para que a unidade de origem especifique, claramente que, em 31/01/2013, os débitos, indicados no Termo de Indeferimento, estavam com a exigibilidade suspensa (ou não) e, quanto ao PAEX, identificar a irregularidade verificada e se foi sanada.

As irregularidades apontadas no Termo de Indeferimento, 31/01/2013, foram as seguintes:

Lista de Débitos

- 1)Débito: 37034075-2 /  
2)Débito: 39309386-7 /

Lista de Competências

- 1)Competência - 12/2011 /  
Valor : R\$ 808,98 /  
2)Competência - 01/2012 /  
Valor : R\$ 1.531,70 /  
3)Competência - 02/2012 /  
Valor : R\$ 946,18 /  
4)Competência - 03/2012 /  
Valor : R\$ 878,43 /

Débito não previdenciário com a Secretaria da Receita Federal do Brasil, cuja exigibilidade não está suspeita.

Fundamentação legal: Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, art. 17, inciso V.

Lista de Parcelamentos

- 1)Parcelamento: Empresa possui irregularidade de recolhimento nos parcelamentos PAEX. /

Quanto ao PAEX (o TI não foi claro quanto a irregularidade ocorrida *nos parcelamentos*) , informar:

- qual a irregularidade verificada; e
- se e como foi sanada a irregularidade de recolhimentos.

É como voto.

(assinado digitalmente)

Jose Roberto Adelino da Silva